

T

Fundação  
Cultural  
De Joinville

# BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

---

Publicação semestral - Junho de 1991 - Nº 8

---

**ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE**

Rua Hermann August Lepper, 65 Caixa Postal D-100 Fone (0474) 22-2154 89200 Joinville SC

# BOLETIM DO ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE

---

Junho de 1991

Nº 8

---

## ÍNDICE

O Cerimonial da Morte .....	03
A Ocupação Urbana e as Adversidades Climáticas de Joinville.....	06
Brasil: A Preservação da Informação .....	08
A Escravidão no Brasil .....	10
Arquivo Promove Lançamento de Livros .....	12
Relatório de Atividades – Janeiro/Abril de 91 .....	18
Quem Está Pesquisando o Quê? .....	20

**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOINVILLE**  
Prefeito - Luiz Gomes

**FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE**  
Presidente - Moacir G. Thomazi

**ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE**  
Diretor - Apolinário Ternes

**ARQUIVO HISTÓRICO DE JOINVILLE - AHJ**  
a.1, n. 1, out/83 - Joinville, 1983

**SEMESTRAL**

**I. Joinville - História - Periódicos**  
CDU 908 (816.42J) (05)  
CDD 981.64005

## O CERIMONIAL DA MORTE (\*)

Apolinário Ternes

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Há quantos milênios o homem não formula as mais graves interrogações sobre a morte? Há quantos séculos o Espírito humano produz os mais dramáticos inquéritos a respeito desta que é a mais radical de todas as certezas: a da inevitabilidade da morte? Quantas teorias sobre a Eternidade já não inquietaram tanto os mais brilhantes, quanto os mais tranqüilos cérebros humanos?

O cerimonial da morte é o mais antigo dos rituais humanos. Como diz o historiador Fustel de Coulangens, talvez o pioneiro dos investigadores modernos a se preocupar com o tema, "foi talvez por via da morte que o homem pela primeira vez teve a idéia do sobrenatural e quis tomar para si mais do que lhe era legítimo esperar da sua qualidade de homem. A morte teria sido, Coulangens, o seu primeiro mistério, colocando o homem no caminho de outros mistérios. Elevou o seu pensamento do visível ao invisível, do transitório ao eterno, do humano ao divino".

O que pensavam os antigos a respeito da morte? Sabe-se, por exemplo, que há 35 séculos, ou seja, dos dias de hoje há 3500 anos passados, a concepção dos gregos e dos itálicos, antes, portanto, do surgimento do Império Romano, era de que existia uma segunda existência, depois desta nossa efêmera passagem por aqui. A morte, para eles, não implicava na decomposição do ser, mas numa simples e natural mudança de vida.

Tanto no Ocidente quanto no Oriente, a crença de uma segunda vida, nestes tem-

pos remotos, não implicava na teoria da transmigração das almas, ou na metempsicose dos filósofos gregos, por volta do século quinto antes de Cristo. Acreditavam que o espírito humano permanecia com o corpo físico, vivendo perto dos homens vivos, por isto mesmo, alma e corpo precisavam de cuidados especiais. Advém daí o cerimonial descrito por tantos escritores célebres daqueles tempos, entre os quais Hesíodo, Homero, Virgílio, Eurípedes, etc., quando os vivos celebravam o ritual da morte com pompa e circunstância. Alma e corpo, dizem os versos de *Ilíada*, depositavam-se no mesmo túmulo. E por isto, explica-se o cerimonial de se enterrar com o morto os seus objetos pessoais, até mesmo armas para se defender ao longo de sua segunda existência. Além dos objetos, regularmente os vivos prestavam homenagens aos mortos, com os familiares depositando alimentos para apaziguar a fome e vinho para mitigar a sede.

O respeito aos mortos adquiria um significado tão especial, que estes se elevavam à condição de deuses. Eram assim reverenciados e a eles se dirigiam preces, clamando proteção aos vivos. Sepultados junto aos lares, os mortos participavam da vida dos vivos, mantendo-se uma relação cotidiana de oferendas e preces, de diálogo e súplica. Naqueles tempos inocentes, o medo, portanto, não era da morte, mas da eventual falta de sepultamento condigno. Um morto não sepultado convenientemente, era um sacrilégio não apenas para a alma do falecido, mas para os vivos que seriam importunados pela alma errante. Dela proviria a doença e os castigos, a desgraça de toda ordem. A alma errante se transformaria em larva ou

em fantasma, sem jamais ter sossego, sem jamais receber alimentos e oferendas e, com isto, se tornaria numa alma ímpia, portadora do mal. Este, aliás, era o castigo que a cidade antiga aplicava aos grandes culpados: a privação da sepultura, punindo-se a alma com o suplício prolongado da falta de abrigo, de morada e proteção.

Séculos se passaram com a intocabilidade destas tradições antiqüíssimas. Os mortos eram deuses subterrâneos. Necessitavam de alimentos e de vinho e recebiam oferendas regulares. Mais do que isto: protegiam os vivos. Parte destas tradições milenares são mantidas até hoje na Índia e outras regiões do Oriente. Os mortos têm cerimônias, merecem locais especiais e exigem todo um ritual sagrado que se altera tão lentamente quanto a monotonia dos séculos, talvez de milênios.

Mas a história da morte, que alguns historiadores modernos começam a recuperar, é rica de ensinamentos e nela, talvez, se pode buscar muitas respostas para indagações filosóficas e metafísicas do nosso tempo. Philippe Aries, por exemplo, fez longo e minucioso estudo sobre a "História da Morte no Ocidente" — este mesmo é o título de seu livro, mostrando as mudanças dos rituais fúnebres da Idade Média aos nossos dias. Aqui mesmo, no Brasil, a nossa colega diretora do Museu de Sambaqui, Sandra Guedes, elaborou dissertação de mestrado, para a obtenção do título de Mestre em História Social, pela Universidade de São Paulo, com o título "Atitudes perante a morte em São Paulo — séculos XVII a XIX".

Seu alentado estudo, com cerca de 150 páginas, que tivemos o privilégio de ler, mostra as diferentes atitudes da população de São Paulo, desde o século XVII aos últimos dias do século passado, período

em que os mortos deixam de ser sepultados no interior das igrejas para alcançar o chão dos cemitérios, a exemplo do que também ocorria na Europa, com poucos anos de antecipação.

Isto já não aconteceu em nossa cidade. Aqui, desde o primeiro dia, os nossos mortos foram sepultados fora das igrejas. Inicialmente, como sabemos, num cemitério improvisado, no próprio Caminho do Jurapé, nas imediações hoje do terreno onde se localiza a Farmácia Catarinense, na Rua Nove de Março. Depois, a partir de 26 de dezembro de 1851, aqui mesmo, neste solo que pisamos, tão sagrado quanto histórico. O Cemitério dos Imigrantes acolheu o primeiro corpo no dia seguinte ao Natal de 1851, o do ex-tenente da Marinha de Schleswig-Holstein, Carl Andreas von Bürow, aos 21 anos de idade apenas. Aqui, de dezembro de 1851 a fins de 1870 foram sepultados protestantes e católicos, bem como os corpos de 10 escravos de região. De 1870 em diante, até 1913, apenas os corpos de pessoas que professavam o luteranismo, com os católicos sendo sepultados em cemitério próprio, em terreno em que se situa o Hotel Anthurium de nossos dias. Até 1913, contudo, mereceram o repouso eterno neste local o número exato de 3600 evangélicos e de 351 católicos e mais 10 escravos.

Minhas senhoras, meus senhores,

Quantas biografias não foram concluídas aqui? Quantos sonhos?

Quantos amores interrompidos! Quantas almas entristecidas e amarguradas, e quantos espíritos jovens, sedentos ainda de vida, mortos na paz do Senhor, ou decepados pela morte violenta. Aqui, neste terreno sagrado, estão fincados os mais autênticos tesouros da nossa história. Os

bravos imigrantes, os ousados colonizadores. Os nossos deuses particulares habitam este local sereno, decorado pela natureza, contemplando a cidade lá embaixo, sempre com pressa, vaidosa e temerária. Aqui, agora, e já há muitos anos, os vivos vêm rezar pelos mortos, mas os mortos ensinam aos vivos esta silenciosa lição que aprendemos todos com lentidão e suplicio, a de que a vida, e não a morte, é o mais doce dos mistérios.

Na pressa de viver, contudo, os homens vivem menos. Por isto, perigosamente, banalizam a vida e profanam a morte. É certo que, assustados, nós, passageiros da modernidade, compreendemos menos hoje sobre os mistérios da morte do que os nossos antepassados. Aqueles que viveram nos tempos anteriores à passagem de Cristo. Ele mesmo tão pródigo em ensinamentos sobre o Reino do Pai, advertindo sempre que o seu Reino não era deste mundo.

Os tempos modernos tiram a cada dia o conteúdo sagrado da morte. E há um excesso de teorias a respeito das outras vidas, quando esta, a que temos o privilégio de gastar, é quase sempre gasta com pouco talento e tanta displicência.

Nos tempos nem tão distantes destes bravos imigrantes aqui sepultados, a vida ainda era demarcada sob um relógio onde o tempo não corria tão velozmente quan-

to agora. As pessoas tinham comedimento para viver e entendiam que os valores do Espírito, da Cultura, da Estética e da Ética deviam orientar, disciplinar e enriquecer a vida. Os ensinamentos que nos legaram estão ainda impregnados na cultura do nosso povo e é nosso dever, nossa responsabilidade, cultivar estes valores, preservar este sentido da vida, daí, a imensa importância da solenidade de hoje, quando inauguramos os festejos de mais um aniversário de Joinville. A religião dos mortos é a demonstração de cultura dos vivos.

Minhas Senhoras, Senhores,

A Joinville de hoje é fruto do que aqui repousam souberam ousar e sonhar.

A Joinville do futuro será sempre o resultado do que a nossa geração souber preservar destes valores, enriquecendo-os com o que pudermos acrescentar com o melhor de nós mesmos.

Disse Goethe: "o legado dos antepassados, conquiste-o para merecê-lo".

É o que fazemos, a cada ano, neste santo local.

(\*) Palestra proferida no Cemitério do Imigrante, na abertura da Semana de Joinville, a 1<sup>o</sup> de março de 1991.

# A OCUPAÇÃO URBANA E AS ADVERSIDADES CLIMÁTICAS DE JOINVILLE (\*)

Profª Ana Mirthes Hackenberg

## INTRODUÇÃO

O conhecimento detalhado dos aspectos naturais, como a topografia, vegetação, natureza do solo, presença de águas de superfície, lençol freático, clima local e regional são de fundamental importância na escolha do local mais adequado para a implantação de um núcleo urbano.

Nas ocupações urbanas espontâneas isto normalmente não ocorre, prevalecendo

outros fatores que influem na implantação e no crescimento destes núcleos urbanos.

No caso específico de Joinville, o local escolhido pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo para o centro urbano, era mais adequado do que o local em que se estabeleceu efetivamente o centro urbano.

## ANÁLISE AMBIENTAL

Apesar da conscientização dos primeiros habitantes, com relação a localização mais adequada do centro urbano, do ponto de vista climático, o primeiro núcleo colonial, acabou se desenvolvendo para formar o centro de Joinville.

O local escolhido para a cidade de Joinville, na confluência dos rios Bucarein e Cachoeira, fornece uma grande vantagem ambiental em relação a primeira ocupação: está situado ao sul do morro do Boa Vista, recebendo a ventilação natural proveniente do mar, que é barrada pelo referido morro, no atual centro da cidade.

Percebe-se que o clima da região sul da cidade é mais ameno devido aos ventos de leste.

Annaburg oferece a vantagem de estar localizada numa cota mais alta, livre de enchentes e por situar-se a grande distância dos morros mais altos, Boa Vista e Iri-ri-ri, a influência destes é insignificante na ventilação natural.

O distrito de Pirabeiraba, no norte do município, localiza-se numa região mais alta, muito próximo a serra, sofrendo maiores influências desta, onde a pluviosidade, a umidade do ar e o índice de calmaria são maiores, a velocidade do vento e a pressão atmosférica menores, do que nas áreas próximas ao mar.

Newdorf, no extremo sudoeste do município, está localizado numa região mais alta, menos úmida, não existindo barreiras aos ventos.

Todas as tentativas de transferir o centro urbano para áreas mais favoráveis do ponto de vista climático fracassaram.

O centro da cidade acabou se desenvolvendo a oeste do morro do Boa Vista, sendo que este possui uma altitude de 230 metros, formando uma barreira aos ventos provenientes do mar, que são os predominantes. A falta de ventilação influencia a temperatura e a umidade do ar,

tomando o centro urbano um local quente e abafado.

As características urbanas do início do século, com uma predominância de terrenos amplos com vegetação abundante, amenizavam os problemas climáticos.

Atualmente, com o crescimento da cidade, o adensamento urbano, a retirada da vegetação, o crescente número de veículos, o uso intenso de sistemas de refrigeração, enfim, toda a ação do ser humano, o rigor térmico do centro urbano se agravou, elevando a temperatura.

## ESTUDO CLIMÁTICO DA CIDADE DE JOINVILLE

Em Joinville existem diversos fatores que interferem nos microclimas do município. Dentre eles podemos citar a proximidade com o mar, os morros que entremeiam a malha urbana, a vegetação urbana remanescente e a malha urbana propriamente dita com duas edificações.

Atualmente está sendo desenvolvido um trabalho de pesquisa, com coleta de dados, para elaborar a análise climática da cidade, com base nos dados fornecidos pelas três estações meteorológicas existentes, localizadas em locais com características distintas.

Para melhor caracterizar as diferenças climáticas existentes na área urbana foram selecionados dois locais com características próprias, para instalação de mini-estações de medição do clima urbano, sendo uma na região sul e outra próxima ao centro, a oeste do morro do Boa Vista.

Para completar este trabalho foram efetuadas medições móveis na área central, para caracterizar o clima da área urbana sob a influência de uma maior concentração de edificações.

A análise dos dados será desenvolvida mês a mês, verificando-se, durante as diversas estações do ano as diferenças existentes. Pretende-se elaborar um banco de dados, objetivando orientar a arquitetura

e a expansão urbana da cidade de Joinville com vistas ao conforto humano, com base em informações climáticas.

Identificar os diversos microclimas existentes no sítio urbano e determinar as melhores formas de ocupação e de atenuação dos rigores climáticos também são objetivos deste trabalho.

A identificação dos microclimas possibilitará a definição de locais mais adequados para ocupações específicas. Conhecendo-se o regime de ventos e os desvios causados pela topografia e pela ocupação urbana, poderão ser melhor definidos os locais para a implantação de indústrias favorecendo a dispersão de poluentes.

A preocupação com a utilização dos recursos naturais pode não produzir soluções totalmente satisfatórias, mas se empregadas, atenuarão os gastos excessivos com tecnologias complementares e sofisticadas. O consumo de eventuais equipamentos empregados, necessários à obtenção do conforto no ambiente construído, poderão ser minimizados com reflexos na racionalização energética.

O objetivo do trabalho é, portanto identificar os microclimas urbanos e suas principais características, visando o conforto ambiental, a adequação do homem e a a-

tenuação dos rigores climáticos, além da racionalização do consumo de energia.

Autor - Ana Mirthes Hackenberg

Professora do Depto. de Eng. Civil

Faculdade de Engenharia de Joinville - UDESC

(\*) Trabalho apresentado no III Encontro Nacional de Estudos sobre o Meio Ambiente, na cidade de Londrina, PR

## BRASIL: A PRESERVAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Maria Alice Barroso (\*)

Antecede, de muito, à minha vinda para a direção do Arquivo Nacional a luta empreendida por minha ilustre antecessora, Dra. Celina Moreira Franco, e sua eficiente equipe pela aprovação, no Congresso Nacional, da Lei 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados.

É bem verdade que me coube dar, através da Secretaria Federal de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, o que poderíamos chamar de empurrão decisivo que o então projeto de lei carecia para a sua aprovação final, o que ocorreu a 8 de janeiro do corrente ano.

Considero-me privilegiada, pois, por estar entre aqueles que, conforme preceitua o artigo 4º do prefalado texto legal "Têm direito a receber dos órgãos públicos informações ... contidas em documentos de arquivos."

Paralelamente, não é demais enfatizar os termos do artigo 5º, preceituando que "... a administração pública franqueará a consulta aos documentos públicos na forma da lei."

Assim, temos todos, agora, uma lei que dissipa a intolerável crença de que os documentos devem merecer somente a familiaridade das traças. Contamos,

finalmente, com um texto legal que assegura o acesso aos arquivos para que de sua pesquisa surja a verdade histórica, imprescindível à conscientização do povo no que diz respeito à sua identidade.

Já como uma decorrência da Lei 8.159 começamos a sentir, no plano federal, uma decidida preocupação dos responsáveis pela área documental quanto à recuperação dos arquivos, como se de repente essas pessoas acordassem de um longo sono letárgico e concluíssem, quase que proustianamente, que é necessário partir "em busca do tempo perdido".

Assim é que o Arquivo Nacional vem de assinar convênio com a Justiça Federal, visando a supervisão na organização dos arquivos daquela instituição. Também podemos anunciar o convênio recentemente assinado com o Ministério da Saúde, em cujos arquivos poderemos resgatar, entre outros documentos de grande importância, a história da psiquiatria no Brasil. Igualmente com o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento nos preparamos para a elaboração de projeto que possibilite a recuperação dos arquivos existentes nas Delegacias Fiscais em todas as Unidades da Federação.

Portanto, se no plano federal, o Arquivo Nacional já desenvolve sua ação no sentido de orientar a gestão de documentos a fim de evitar que a babel documental continue sendo a maior geradora de fraudes nas repartições públicas, no plano nacional dispõe-se este Arquivo a estreitar o seu relacionamento com os demais arquivos estaduais e municipais. Acredito mesmo que o Sistema Nacional de Arquivos, se assim o entender o Conselho Nacional de Arquivos, o CONARQ, terá também por meta interligar o Arquivo Nacional às instituições similares a fim de que a informação possa ser mais facilmente localizada e transmitida.

Ainda como conseqüência da Lei 8.159 e visando ao acesso e à agilização no fornecimento da informação, creio que chegado é o momento da arquivologia se mobilizar no sentido de dar início aos estudos que poderão conduzir a um amplo projeto – com abrangência para a administração pública federal – de classificação do documento por assunto, tarefa que certamente o CONARQ enfrentará assim que for regulamentado e comece a funcionar.

Na verdade, a Lei 8.159 veio dotar o Arquivo Nacional da legitimidade que até então tinha-lhe faltado, principalmente no que diz respeito à coleta e à destinação de documentos, ajustando-o como órgão normativo e de assessoramento ao governo.

O Arquivo Nacional tem, hoje, a recolher, provenientes dos órgãos da administração direta e autárquica do Poder Executivo Federal, cerca de 80km de documentos, no Rio de Janeiro e 44km em Brasília.

A estes dados somam-se os resultados do mapeamento dos arquivos pertencentes

aos órgãos extintos, os quais indicam a existência aproximadamente de 10km de documentos, no Rio de Janeiro, e 12km nos órgãos sediados na capital federal.

Pergunto-me se o Arquivo Nacional não deveria declinar de sua estrutura monolítica, em busca de formas um pouco mais flexíveis para que possa manter sua função histórica – a preservação da informação a partir do reconhecimento do caráter essencial da escrita.

É forçoso reconhecer que para dominar a complexa realidade do mundo da informação (aquele que não prescinde do documento como testemunho) devemos incorporar os benefícios da revolução tecnológica, tanto nas operações de conteúdo quanto na de preservação da forma original do documento.

A nossa conclusão é de que a guarda deve ser compartilhada, integrando outros centros arrecadadores, com fluxos alternativos de ida e vinda, pois quem produz deve desfrutar da possibilidade de se enriquecer com o conhecimento, pelo menos gerado por sua própria produção.

É o direito à auto-distribuição da informação.

O Núcleo Regional do Arquivo Nacional, em Brasília, embora com funções atípicas por estar localizado na capital federal, deverá constituir-se na primeira experiência dessa regionalização do Arquivo, que me parece inarredável desde que se queira – como se quer de fato – preservar a informação para disseminá-la em seguida.

Através de Aviso Ministerial representantes de órgãos públicos estão sendo convidados para que venha a ser formada, o quanto antes, a comissão destinada a dar

forma definitiva à regulamentação do prefalado texto legal.

É importante pontuar que o Arquivo Nacional não intende nem pretende ser ocioso proprietário dessa regulamentação: muito pelo contrário, a instituição espera e confia que a contribuição dos órgãos similares, da sociedade civil, da comunidade acadêmica, dos pesquisadores de todos

os segmentos resulte num possível aperfeiçoamento da Lei 8.159 que, como ocorre com toda lei, possivelmente peca pela limitação que lhe é imposta por sua própria estrutura — na verdade, se algo podemos imputar a uma lei é que ela, em sua singularidade, está impedida de ser um código.

(\*) Diretora-Geral do Arquivo Nacional

## A ESCRAVIDÃO NO BRASIL

Elly Herkenhoff

(Terceira Parte)

("KOLONIE-ZEITUNG" DE 15 DE JULHO DE 1871)

O Brasil é o único país com pretensões de civilizado, que ainda não aboliu a vergonhosa instituição. Todos os países vizinhos acabaram de vez com a escravatura, sem qualquer indenização aos escravagistas. Da mesma forma a América do Norte, embora o tenha feito após a mais horrenda guerra civil, sem a qual a emancipação dos escravos nos estados do sul dificilmente se teria concretizado. Os países europeus fizeram extinguir a escravatura em maior ou menor espaço de tempo, em suas colônias, sendo a última a Espanha, com relação a Cuba, onde igualmente ainda no decorrer deste século, a instituição terá desaparecido, com limitada indenização paga aos escravagistas.

Não se poderá dizer que o Brasil tenha ficado inteiramente inativo nesta questão. Não tem faltado estímulo no próprio País e o exemplo vindo do exterior, naturalmente também tem servido de incentivo: Os dois maiores obreiros da Constituição, Manuel da Costa (mais tarde Marquês de Queluz) e José Bonifácio realçavam, nos anos de 1822 e 23, em suas publicações,

a necessidade da abolição da escravatura e a Lei de 20 de outubro de 1823 já transferia aos governos provinciais o direito de proporem meios adequados para a abolição gradual da escravatura. Nas Câmaras aparecem repetidas vezes projetos de lei a respeito, como na década de trinta, de José Clemente e do Regente Diogo Feijó. No entanto, aqueles projetos todos, de quando em quando apresentados nas Câmaras, não passaram de simples manifestações, despercebidas pelo povo em si. Apenas recentemente é que se vem manifestando, em círculos mais amplos, o desejo de pelo menos encetar a emancipação. Várias reuniões provinciais tem levantado fundos para a manumissão anual de filhos de escravos e mulheres escravas, limitando ao mesmo tempo a importação e exportação em suas províncias; as Câmaras tomaram algumas providências, no sentido de facilitar, em certos casos, a emancipação; um imposto anual foi introduzido sobre os escravos existentes nas cidades e nas vilas; formaram-se sociedades de emancipação; a imprensa vem comentando a necessidade da aboli-

ção, apresentando propostas; os casos de manumissão voluntária foram se tornando mais frequentes em todas as províncias, sendo minuciosamente comentadas pelos jornais, como exemplos dignos de serem imitados. No ano passado, o Senado observou, com certa decepção, o fato de não ter sido mencionada, na Fala do Trono, a tão importante questão e a Câmara dos Deputados nomeou, por livre iniciativa, uma comissão para debate da emancipação e propostas de sugestões aproveitáveis. Como resultado dos trabalhos, foi apresentado um projeto de lei na Câmara, por Teixeira Jr. (pouco depois Ministro da Agricultura) e sobre o qual houve debates e mais debates, sem qualquer resultado concreto, até o encerramento da sessão. Previa aquele projeto a matrícula de todos os escravos existentes no Império, apresentando os numerosos casos em que os cativos deveriam ser alforriados e criando um fundo para a compra e libertação de cativos, assegurando a cada escravo a concessão de um pecúlio especial, que poderá ser utilizado para a compra de sua alforria e declarando libertas as crianças escravas, nascidas após a publicação da lei, ao mesmo tempo em que impunha aos escravocratas a obrigação de dar alimentação e educação às referidas crianças, até a idade de 8 anos, quando então os senhores poderiam optar, entre o aceite de uma Letra do Tesouro no valor de 500 mil réis, a 6% de juros, com vencimento no prazo de 30 anos ou então da servidão dos menores, até atingirem a idade de 21 anos.

Todos aqueles dispositivos constam novamente, com algumas alterações, no Projeto de Lei apresentado pelo próprio Governo às atuais Câmaras. Os pontos de estrangulamento do projeto são os seguintes: 1º) a alforria dos filhos nascituros das escravas e o pagamento de uma indenização aos escravocratas, pela ma-

nutenção das crianças e, 2º) a alforria anual de certo número de cativos, por meio de um fundo a ser criado. — Deste modo, o projeto de lei pretende conseguir a abolição gradativa, ainda mais que as lacunas pelos falecimentos não mais serão preenchidas pelos nascimentos.

Levantou-se grande celeuma contra este projeto, embora o mesmo ainda esteja muito longe de resolver radicalmente o tão crucial problema, devendo ser considerado tão somente medida preparatória da emancipação, pelo fato de quase não considerar a tal geração de escravos. Nas próprias Câmaras levantou-se forte oposição ao projeto e a imprensa vem publicando numerosas contra-propostas, em sua maioria não contendo melhores soluções, mas ao contrário, quase sempre difíceis de serem concretizadas. Evidencia-se, em todo este problema, uma grande confusão, em parte talvez devido à má vontade, pois os escravagistas se dispõem a fazer o menos possível de sacrifícios, preferindo deixar ficar tudo como está, caso não lhes sejam oferecidas ótimas condições. Basta citarmos aqui algumas das contra-propostas: 1º) Os filhos das escravas, nascidos após a Lei de Emancipação, serão alforriados, sem qualquer indenização, ao completarem a idade de 20 anos. Em casos especiais, já citados no projeto de lei, a alforria poderá ser concedida antes daquela idade. 2º) O Governo providenciará o registro geral de todos os escravos existentes no país e os escravos não registrados um ano após o prazo estabelecido, serão considerados libertos. 3º) Após o término do registro geral, será estabelecido o prazo de 20 anos para a abolição da escravatura. 4º) Anualmente então será feita a amortização dos cativos matriculados, sendo que 5% do número total existente, serão comprados pelo Governo, de acordo com a seguinte tabela: escravos de 1 a 7 anos, pelo preço

de 400 mil réis, de 8 a 15 anos, por 600 mil réis, de 16 a 30 anos, por 1200 mil réis, de 31 a 50 anos, por 600 mil réis e acima de 51 anos por 400 mil réis. A escolha será feita por sorteio em cada município, de acordo com a verba em dinheiro disponível para aquela finalidade. Terão sempre prioridade as escravas com a idade de 15 a 30 anos, sendo incluídos os seus filhos na compra, assim como seu marido, quando casados no religioso. Tomando-se como base o número de 2 milhões de cativos existentes no Império, dos quais deverão ser descontados 1% de falecimentos por ano, seriam então comprados 1.600.000 indivíduos no decorrer de 20 anos, o que daria uma despesa de 960 milhões de mil réis. O preço de cada indivíduo seria pago em Letras do Tesouro, com 6% de juros, com vencimento em 30 anos. Os meios para o pagamento dos juros seriam auferidos por uma taxa de, no mínimo 5 mil réis por ano, sobre cada escravo existente no Império, assim como por meio de outros impostos e encargos a serem criados pelos municípios. Segundo outra proposta, seria fixado o prazo de 25 anos, para a abolição da escravatura, de província em província, a começar por aquelas que tiverem o menor número de cativos. O início seria feito no Amazonas, onde existem apenas 500 escravos, se-

guindo-se a Província do Piauí, depois Santa Catarina, em seguida Ceará e assim por diante. Ao mesmo tempo seria proibida a venda interprovincial de cativos. Um terceiro projeto prevê a compra dos escravos por cada município, com determinada quantia, liberada para tal finalidade e impostos especificamente criados, devendo qualquer caso ser debatido entre o proprietário e uma autoridade municipal, especialmente designada para a finalidade. Tanto o preço máximo como também o mínimo, serão estabelecidos pelas autoridades e o alforriado será encaminhado para um trabalho compensador, devendo ser fixado o valor, tanto do salário mínimo como do máximo, pelo Governo. Ainda outro projeto visa o estabelecimento de uma fase preparatória de transição, pelo espaço de 10 anos, durante a qual seria atraído o maior número possível de imigrantes. Seriam concedidos maiores benefícios aos escravos, ao mesmo tempo em que os impostos sobre os mesmos seriam sucessivamente aumentados. E somente então iniciaria a fase de 20 anos, durante a qual os escravos seriam, pouco a pouco, liberados, contra o pagamento de indenizações.

(conclui no próximo boletim).

## ARQUIVO PROMOVE LANÇAMENTOS DE LIVROS

Nas comemorações do 140º aniversário de fundação de Joinville, em março, o Arquivo promoveu o lançamento de três livros, além da exposição sobre a vida do Príncipe de Joinville e da Princesa Dona Francisca. Na oportunidade, o diretor da instituição, Apolinário Ternes, proferiu o discurso que segue.

Autoridades, Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Não poderei ser tão breve quanto recomenda o bom senso e as regras da oratória. Mas não serei tão demorado que minhas palavras se transformem num castigo ou numa penitência a todos vocês.

Nesta antevéspera de mais um aniversário de Joinville, de que esta Casa procura ser guardiã perene do passado, para se incluir entre os que cultivam o presente e acreditam no futuro, preciso dizer algumas palavras sobre a nossa história.

Neste centésimo quadragésimo aniversário, o Arquivo Histórico se envia de participar de forma particularmente feliz das comemorações do nove de março. Inauguramos aqui, nesta noite, uma exposição inédita, tentando reproduzir através de painéis fotográficos a vida do Príncipe de Joinville e da Princesa Dona Francisca. Trata-se de iniciativa pioneira, que possibilitará a centenas e centenas de joinvilenses, em poucos minutos, conhecer de forma didática o itinerário de François Ferdinand Philippe, o Príncipe de Joinville. Nascido em 1818 e falecido com o fechamento do século, em 1900. E, também, de sua esposa, a filha de D. Pedro I, Imperador do Brasil, nascida em 1824 e falecida em 1898. Do nascimento ao túmulo, em pouco mais de 40 fotografias, o trabalho de pesquisa da nossa funcionária Talita Nóbrega Koehler, responsável por toda a organização e montagem da mostra, revela aspectos interessantes e até desconhecidos da vida do nosso casal principesco.

Paralelamente à exposição fotográfica, estamos possibilitando aos joinvilenses o acesso a uma biografia do Príncipe, com o pequeno livreto "François d'Orléans - Príncipe de Joinville - O Coronel Luthe-rode o Homem do Chapéu Grande". Trata-se de trabalho do saudoso amigo Creso Coimbra, realizado em 1977, com a participação de um grupo de senhoras joinvilenses que, naquele ano, participaram de um curso sobre a atualização da mulher, na FURJ, e que, incentivadas por Creso Coimbra, empreenderam a tradução de um perfil do Príncipe de Joinville inseri-

do na obra de Charles Yriarte, da França, denominada "Les Princes de Orléans".

Peço licença para ler um trecho da Introdução deixada por Creso Coimbra, escrita em outubro de 1977:

"Não fizemos uma tradução literal, o que seria um absurdo. Ao contrário, a tradução do texto é a mais livre e espontânea possível. Além disso, o contexto recebeu numerosos acréscimos, principalmente analíticos e comparativos. O trabalho de tradução inicial foi elaborado por Carim H. Boehm, Edina Pereira, Eliane Bornhofdt, Ivete Appel da Silveira, Iria Wemuth, Jaira Luci Guntert, Mariza Piske, Maria Tereza de Almeida Heusi, Miriam May, Marinízia Carvalho Vieira, Olívia Drefahl Harger, Stella P. Jark e Tânia May Helbig".

"Somente a partir da discussão conjunta," continua Creso Coimbra, "tomamos a responsabilidade pessoal de compor a redação final, de incluir os acréscimos possíveis, de esboçar as comparações, e de elaborar o estudo analítico da vida e da obra do Príncipe de Joinville".

Agora, permitam-me alinhar algumas observações sobre o autor. Trata-se de um singular intelectual nascido em Belém do Pará, autor de uma dezena de livros premiados, inclusive um estudo sobre a cultura brasileira de 1500 aos nossos dias, premiado pela Unesco e livro com mais de 700 páginas. Trata-se de um brasileiro de incomparável talento, que tanto produziu com rara erudição no campo da História, como no terreno difícil e tortuoso da ficção literária. Creso Coimbra, a quem pude homenagear em vida, em 1981, na publicação de nossa "História de Joinville, uma Abordagem Crítica", testemunho sempre que posso, foi o iniciador deste aprendiz da memória no ofício ge-

neroso e fascinante da História. Receba pois, amiga Norma, a viúva de Creso aqui presente, hoje de novo moradora de Joinville e nascida aqui ao lado, em São Francisco, a nossa homenagem pessoal e o reconhecimento e o agradecimento de Joinville. Agradecimentos que naturalmente se estendem a cada uma das senhoras citadas, muitas aqui presentes, pelo trabalho importante que empreenderam em favor da cultura joinvilense.

Gostaria ainda de registrar um agradecimento em particular ao Grupo Hansen, patrocinadora integral da publicação do livro. Uma contribuição que se insere num momento auspicioso para a tradicional organização empresarial joinvilense que comemora, desde o dia 2 de janeiro, a passagem de seu primeiro meio século de atividades. Aos seus diretores o nosso agradecimento e particularmente ao senhor Leonardo Py Pires, entusiasta deste projeto desde o primeiro momento em que o expusemos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Nesta noite feliz, temos ainda o privilégio de promover o lançamento de duas outras obras. Não na área da história, mas no terreno fértil da poesia. E mais uma vez o autor não é de Joinville, mas aqui se exilou por algum tempo. Fez aqui sua iniciação na vida, tanto profissional quanto poética. Sonhou sonhos delirantes, próprios dos poetas que iniciam, bêbados de emoção e virgens ainda da desilusão. Quis o destino, de novo, sempre tão generoso comigo, que os caminhos de Alcides Buss cruzassem com os meus. Fomos amigos antes, quando não sabíamos que, um dia, a poesia e a busca intelectual nos tornaria a ambos cúmplices da mesma emoção diante da vida. Ainda no seminário, aos 12 anos, com o latim e a missa de todos os dias. Queríamos ambos, naque-

les tempos inocentes, filiar-mo-nos à legião dos que servem a Jesus Cristo através da batina. Como a batina foi abolida, abolida ficou em nós a vocação para o sacerdócio.

Depois do seminário, meninos tenros de toda experiência, cruzamo-nos nas madrugadas joinvilenses da década de 1960. Fomos cúmplices dos Beatles e nasceu em Alcides este generoso amor pela vida. Amor transbordante, fértil ininterrupto. E ele foi inventando poemas, publicando livros, conhecendo a Denise, grávido de filhos, dando aulas na FURJ, dirigindo a Casa da Cultura, promovendo a poesia, publicando o Cordão, estendendo varais, enfim, maravilhando a todos nós com os seus poemas, suas experiências concretas, seu incansável garimpo das palavras.

E hoje está aqui, na sua Joinville de adoção, para lançar o resultado de 20 anos de produção poética, com este singular "Contemplação de Amor". Simultaneamente ao livro com o selo da editora da Universidade Federal de Santa Catarina, cujo desempenho se deve ao esforço de Salim Miguel e seus colaboradores, inclusive a Narciso Policarpo aqui presente, apresenta-se hoje o Caderno número 3 da série "Escritores Catarinenses", da Fundação Catarinense de Cultura, dedicado integralmente a Alcides. Nele é feito um exemplar levantamento da vida e da obra do poeta, num trabalho elogiável da Assessoria de Letras da FCC, sob a coordenação de Ieda Inda.

Desse trabalho, para me despedir e para lhes reapresentar Alcides, permito-me ler um trecho em que o poeta fala de seu universo, de seu existir, do seu entendimento da vida. Diz Alcides: "Gosto de estar só, de contemplar a vida ao meu redor, de voltar-me para mim mesmo como quem se entrega ao sonho do próprio existir. A

cidade me incomoda, me chateia. Com a massificação e a turbulência repetitiva do seu dia a dia, acho que ela mutila, bestializa o ser humano. Então me isolo, busco o meu recanto, o meu retiro de sobrevivência. Apesar disto, considero-me um cidadão do mundo. Estou dentro dele, e

ele está dentro de mim, com a sua face doce e com a sua face amarga, com o olhar distante das estrelas e com as chagas abertas ao alcance da minha mão".

Alcides. Amigo. Parabéns.

As publicações tiveram o patrocínio integral do Grupo Hansen, de Joinville.



RELATÓRIO  
1º SEMESTRE  
1991

# RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA COORDENADORIA ADMINISTRATIVA

JANEIRO A ABRIL DE 1991

## 1. SECRETARIA

### 1.1. Quadro Funcional

No início deste ano foram contratados 4 (quatro) funcionários para atuarem nas diversas áreas do AHJ, conforme relacionamos a seguir:

a – dia 28/02 – Gilmar Schroeder, para o Setor de Informática;

b – dia 04/03 – Márcio Baechtold, para o Setor de Encadernação;

c – dia 05/03 – Ana Maria Kock, para a Secretaria (transferência da FUNDAMAS);

d – dia 18/03 – Terezinha Fernandes da Rosa, para o Setor de Acervos (transferência do Setor de Patrimônio da PMJ).

No dia 18 de fevereiro, o funcionário Salomárcio Casas, que atuava junto à Secretaria, foi transferido para a Casa da Memória.

Atualmente o Arquivo conta com 14 (quatorze) funcionários, mais a pessoa do Diretor.

### 1.2. Datilografia

#### 1.2.1. Entrevistas

1.2.1.1. Dr. Sadalla Amin Ghanem – concluída.

1.2.1.2. Sr. João Hansen – concluída.

#### 1.2.2. Inventários

1.2.2.1. Domínio Dona Francisca – em andamento.

1.2.2.2. Processos do Fórum – em andamento.

### 1.3. Atendimento ao Público

- 1.3.1. Visitas às dependências do AHJ e às exposições por estudantes e outras pessoas, constantes do Livro de Assinaturas do AHJ .....724
- 1.3.2. Consultas a Diários Oficiais e outros jornais .....422\*
- 1.3.3. Pesquisas para teses de Doutorado, Mestrado e Pós-Graduação .....004

\* Inclui-se também, pesquisas de escolares em geral.

### 1.4. Outros Serviços

Providenciamos a compra das baterias do Sistema de Alarme do AHJ que estavam vencidas.

Foram realizados reparos na Central de Ar Condicionado, porém a máquina que alimenta o depósito A, ainda, está com problemas já a um considerável tempo, apesar da nossa insistência junto à Condar, empresa que presta serviços de manutenção e consertos em nossos aparelhos de ar condicionado.

## 2. LABORATÓRIO DE CONSERVAÇÃO, RESTAURAÇÃO E ENCADERNAÇÃO DE DOCUMENTOS

### 2.1. Restauração

Devido à falta de material, os trabalhos no Laboratório só foram iniciados no final do mês de abril.

### 2.2. Encadernação

Estamos providenciando a encadernação dos jornais do período de outubro/88 a dezembro/90. Este trabalho foi prejudicado neste mesmo período pela falta de material.

Joinville, maio de 1991.

## QUEM FSTÁ PESQUISANDO O QUÊ?

**BONOTE, Idemar.**

Profissão: Empresário

Instituição: Gráfica Brasil Ltda.

Endereço: Rua Ponte Serrada, 240 – Joinville

Pesquisa: Indústria Gráfica

Finalidade: Monografia

**CAMARGO, Denise Paschoal de.**

Profissão: Geógrafa

Instituição: SETEMGE

Endereço: Rua Braço do Norte, 789 – Joinville

Pesquisa: Poluição na bacia dos rios Cachoeira e Cubatão e, baía da Babitonga.

Finalidade: Programa de despoluição da FUNDEMA

**FURRER, Bruno.**

Profissão: Fotógrafo, Programador Visual e Pesquisador

Instituição: particular

Endereço: Salvador – Ba

Pesquisa: Os suíços em Joinville

Finalidade: Produção de um livro "A saga dos suíços no Brasil", para a Embaixada da Suíça no Brasil.

**KOHLER, Relinda.**

Profissão: Professora aposentada

Instituição: Universidade Federal do Paraná

Endereço: Rua Bom Jesus, 303 Ap. 2103 – Curitiba – PR

Pesquisa: Famílias Kohler, Kühl, Hackbarth e o contexto da chegada dessas famílias, seus desdobramentos, estabelecimento e mudanças.

Finalidade: Publicação de um livro, referente ao centenário (1887-1987) do nascimento de Alberto Kohler.

**PROCHNOW, Bruno Ademar.**

Profissão: Analista de Sistemas

Instituição: particular

Endereço: Rua Brasil Pinho, 461/302 – São José – SC

Pesquisa: Família Prochnow

Finalidade: Genealogia da família.

Apoio Cultural



TUBOS E CONEXÕES

**TIGRE**

O mais forte